

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 511.923 - RJ (2019/0147823-2)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**THAIS DOS SANTOS LIMA - SP260458**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : MARCOS VINÍCIUS MEDEIROS DOS SANTOS (PRESO)**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS* CONTRA PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA ORIGEM PERMITINDO AO RÉU APELAR EM LIBERDADE. SUPERVENIENTE PERDA DO OBJETO.

*Habeas corpus* prejudicado.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Marcos Vinícius Medeiros dos Santos**, pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local no HC n. 0025329-82.2018.8.19.0000, que denegou a ordem, mantendo o decreto de prisão.

A defesa aponta ilegalidade na segregação cautelar, decorrente do excesso de prazo já evidenciado pelo lapso de um ano da segregação, sem que tivesse sido proferida sentença.

Defende a desnecessidade da prisão preventiva, sustentando a sua falta de proporcionalidade diante da pequena quantidade de droga e da condição de primariedade do acusado sem antecedentes criminais, o que certamente ensejará a aplicação da causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Deferido o pedido liminar para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, a Subprocuradoria-Geral da República informa ter o Juízo de origem proferido sentença condenatória, impondo ao réu *pena de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, em regime inicial fechado, por incurso nas sanções do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 c/c 65, inciso I, do Código Penal, sendo-lhe conferido o direito de recorrer em liberdade* (fl. 268).

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

De fato, em consulta ao andamento processual da Ação Penal n. 0099672-46.2018.8.19.0001, em curso na Vara Criminal de Maricá/RJ, observo ter sido proferida sentença condenatória em desfavor do paciente, permitindo-lhe recorrer em liberdade.

Por conseguinte, verifico a perda superveniente do interesse de agir na presente ação mandamental.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ* (arts. 659 do CPP, 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator